

Desde Março que a actividade está a braços com desafios constantes

Contabilistas, os 'heróis' de uma economia fragilizada

“Se os médicos têm esta-
da na linha da frente no que
à saúde diz respeito, os conta-
bilistas certificados estive-
ram decididamente na linha
da frente no apoio às empre-
sas e à economia”.

As palavras são de Leonel
Francisco, Técnico Oficial de
Contas (TOC), numa análise
à importância do papel des-
tes profissionais no apoio
ao tecido económico com a
chegada da pandemia. “Mui-
tos empresários não sabiam
o que fazer, como gerir a si-
tuação. Muitas vezes, fomos
aquele psicólogo, aquele
gestor, tudo fora do nosso
âmbito de competências,
que estivemos presentes a
tentar serenar os ânimos e
a manter a calma”, recorda
aquele profissional. “Hoje,
não fosse o papel dos conta-
bilistas certificados e o Es-
tado nem 10% dos apoios
teria injectado nas empre-
sas”, assegura. Mas para dar
resposta a todas as solicita-
ções, “algumas empresas
de contabilidade viram-se
obrigadas a contratar cola-
boradores para fazer face a
este acréscimo de trabalho,
o que implicou um aumen-
to de gastos e, muitas vezes,
sem retorno”.

Neste “esfoço adicional”
resultante do novo cenário
há ainda que ter em conta
que “estávamos em tempo
de fecho de contas, o que
já por si é sempre muito
trabalhoso”, lembra Leonel
Francisco, “e vimo-nos
obrigados a estudar uma le-
gislação complexa e extensa
para poder apoiar os nossos
clientes”.

“Em termos de gestão de
tempo e dedicação à profis-
são foi dos períodos mais di-
fíceis, porque nos absorveu
o tempo além da vida profis-
sional”, conta o contabili-
sta de Vermoil. “Além disso,
as plataformas informáticas,
nomeadamente o site da Se-

gurança Social, foi um pro-
blema, sobretudo no que diz
respeito à submissão de lay-
offs, os quais obrigaram a
condicionalismos absurdos
nos ficheiros, o que levou a
que empresas acabassem
por receber os apoios tardí-
simo”, critica. A par destas
contrariedades, “tivemos de
encerrar os escritórios e ar-
ticular com os clientes a en-
trega de documentos, ten-
tando salvaguardar a saúde
de ambos, o que também
não foi muito fácil”.

CONTABILISTAS SOLIDÁRIOS

Em Março, e com o novo
coronavírus a irromper em
forma de avalanche, foram
muitas as dúvidas a tomar
conta do quotidiano das
empresas. “A primeira gran-
de incerteza surgiu com a
doença em si. Para estrutu-
ras de gabinetes de contabi-
lidade com poucas pessoas
seria muito difícil conseguir
levar a actividade se entrás-
semos em isolamento. De-
pois, a incerteza da perda de
clientes”, conta Leonel Fran-
cisco, acerca do turbilhão
vivido nos primeiros tem-
pos. “Com o confinamento,
as empresas que tiveram de
encerrar deixaram de factu-
rar e isso implicou falta de
tesouraria nas suas conta-
s. Apesar de estarmos na
linha da frente no apoio às
empresas, muitas acabaram
por não resistir e fecharam
mesmo portas, o que levou
a algumas perdas de clien-
tes”. A agravar este quadro,
“a dúvida acerca do tempo
que duraria o confinamen-
to”. “Há empresas que até
hoje nunca abriram, como
bares e discotecas. Os conta-
bilistas de entidades como
estas não poderão estar a
cobrar honorários ou, se o
estão, será de valor reduzi-
do, por uma simples razão,
estas empresas não estão

a funcionar”. Neste campo,
o profissional vermoilen-
se acredita que “os conta-
bilistas certificados também
têm sido solidários, no que
à flexibilização de avenças
diz respeito. Tudo isto gerou
perda de rendimentos na
nossa profissão, criando al-
guma ansiedade em relação
ao futuro”, nota.

REINVENTAR OS NEGÓCIOS

Leonel Francisco não
tem dúvidas: “esta pande-
mia obrigou as empresas,
em função de cada área de
negócio, a proceder a alte-
rações profundas nas suas
formas de trabalhar”, decor-
rentes, em parte, do teletra-
balho, mas não só. “Empre-
sas de serviços a quem se
aplicava o teletrabalho en-
tregaram o equipamento de
escritório aos seus funcioná-
rios para trabalharem a par-
tir de casa”, mas as vanta-
gens são diferentes, aponta
o TOC. “O teletrabalho nun-
ca se revestirá dos mesmos
moldes do trabalho em con-
texto presencial nas instala-
ções nas empresas”, consi-
dera. No entanto, e apesar
das mudanças que trouxe,
“o grande desafio nestas em-
presas” não passou pelo te-
letrabalho. “Ao mesmo tem-
po, as escolas encerraram e
esses trabalhadores que vie-
ram para teletrabalho ainda
tiveram de ficar a tomar con-
ta dos seus filhos e acompa-
nhá-los nas actividades de
ensino à distância”, o que re-
sultou em “perda de produ-
tividade no trabalho e défi-
cite de cobertura aos filhos”,
constata aquele profissional.
A estes constrangimentos
acresce a “falta de apoio mo-
netário que perderam por
estarem em tempo real nas
duas tarefas”.

Mas no meio desta tem-
pestade houve, também, em-
presas que souberam “rein-

ventar-se na forma como
tentaram rentabilizar o seu
negócio”. Para isso, criaram
“alternativas que pudessem
minimizar os prejuízos e, nis-
to, o sector da restauração foi
muito criativo”, conseguin-
do, “de certa forma, manter
os seus negócios”.

2021: O QUE AÍ VEM?

Depois de um ano de
2020 cheio de desafios para
contabilistas certificados
e empresas, 2021 arrancou

com um novo confinamen-
to geral, o que deixa Leonel
Francisco com expectativas
pouco animadoras.

“Enquanto a pandemia
não estiver controlada, a
economia estará sempre de-
baixo de fogo, sempre a con-
finar, a desconfinar. Com o
surgir de outras variantes do
vírus, já percebemos que isto
está para durar”.

Perante este quadro, e por
muito que queira mostrar-se
optimista, o TOC de Ver-

moil diz que “é difícil trans-
mitir uma mensagem de es-
perança para muitas das
empresas que estão nestas
circunstâncias de não poder
abrir. Para mantermos isto,
o Estado terá de prepara-
r uma verdadeira bazuca
para sustentar estas perdas
e não obrigar as empresas
a encerrar portas. Porque,
aí, serão às centenas para o
fundo de desemprego. O Es-
tado tem de decidir qual é a
sua prioridade”, aponta.



Programas de apoio

LEONEL FRANCISCO FAZ UMA “AVALIAÇÃO POSITIVA” dos programas de apoio às empresas para fazer face às dificuldades surgidas em tempo de pandemia.

“O lay-off simplificado, apesar de todas as suas tramitações, o programa Apoiar, o Apoio à Normalização da Actividade, o Adaptar, a suspensão das execuções fiscais, as moratórias das rendas, os pla-
nos prestacionais, são e foram apoios muito importantes para sustentar a continuidade das empresas”, considera aquele profissional. Contudo, lamenta o contabilista, “muitos desses diplomas vieram carregados de excepções, que acabaram por deixar de fora muitas empresas”, ao ponto de considerar que alguns deles “são mesmo discriminatórios, porque se destinavam apenas a determinados sectores de actividade”. E exemplifica. “Repare, há empresas que tiveram de encerrar

e não puderam aceder ao Programa Apoiar porque a sua actividade não estava contemplada e outras houve que não tiveram de encerrar e puderam aceder a esse mesmo programa. Isto não faz sentido nenhum”. Nesta avaliação, Leonel Francisco atribui, também, “nota negativa para apoios aos trabalhadores independentes e aos sócios-gerentes. O cabimento deste apoio foi extremamente reduzido, eu diria, abaixo do limiar da pobreza”.

“Além da complexidade da legislação, que é difícil de interpretar, e as exclusões que os diplomas conferem”, o Técnico Oficial de Contas aponta também “as plataformas informáticas para submeter os pedidos de apoio” e o “tempo que os apoios demoram a chegar às empresas” como outras das grandes dificuldades para aceder aos apoios. E a realidade salta à vista: “há empresas que começaram a receber apoios apenas oito meses após encerra-rem as portas. Isto não pode acontecer se queremos salvar a economia”, adverte.

MORATÓRIAS NÃO RESOLVEM

No caso concreto das moratórias, o TOC considera que “são um empurrar com a barriga do problema para a frente”, de tal modo que “irão ter um impacto na sobrevivência das empresas”. O mesmo não se aplica, no seu entender, ao programa Apoiar-Rendas. Leonel Francisco diz que a medida “veio contemplar um apoio a fundo perdido para pagamento de rendas para quem tivesse quebras significativas na facturação e, este sim, é um bom apoio”, embora lamente que, mais uma vez, se destine apenas a determinados sectores de actividade. “As moratórias serão pagas em duodécimos e isso é positivo. Contudo, isto só é possível sustentar se as entidades retomarem os seus negócios com registos consideráveis de aumento de actividade”, adverte. “E, aqui, tenho muitas reservas que isso venha acontecer. Daí que tenha havido muitos acertos nos valores das rendas por parte dos senhorios e alguns inquilinos aproveitaram para mudar o seu estabelecimento de local, tentando ganhar algum tempo e dinheiro”.

Intermarché tem máquina que desinfecta carro, mãos, calçado e compras

Sistema inovador está disponível em Pombal



Chama-se CleanBox Sanity e é o mais recente investimento da administração do Intermarché de Pombal, Condeixa e Mealhada na segurança sanitária dos clientes contra a covid-19.

Desde o início deste mês que os clientes das três superfícies comerciais têm à disposição aquele que é o primeiro sistema, a nível nacional, capaz de assegurar a desinfecção do carrinho de compras, mãos e

solas do calçado. A inovadora tecnologia tem ainda a particularidade de poder ser utilizada não apenas antes do acesso ao supermercado, mas também no final das compras, o que permite ao cliente levar para casa todos os artigos já desinfectados.

Um investimento na ordem dos 16 mil euros (a que acrescem 70 euros diários para a manutenção) e que pretende, segundo

a administração do Intermarché de Pombal, assegurar total confiança a quem precisa sair de casa para fazer compras, numa altura em que os números da pandemia obrigam a cuidados redobrados, nomeadamente em locais de grande afluência.

Ao nosso jornal, Martinho Lopes adianta que este sistema integrado de desinfecção (3 em 1) tem tido um enorme sucesso nou-

tros países, esperando que o mesmo venha a acontecer nestas três superfícies onde agora está disponível.

A par dos índices de confiança e segurança sanitária que pretende transmitir aos clientes e colaboradores, a aquisição da nova máquina enquadra-se, de igual modo, na preocupação da administração pelo respeito das normas vigentes, resultantes da actual situação pandémica.